

MEDIAÇÕES DA CULTURA E DA INFORMAÇÃO:
perspectivas sociais, políticas e epistemológicas

Marco Antônio de Almeida
Doutor em Ciências Sociais (área de Cultura e Política)
Curso de Ciências da Informação e Documentação – FFCLRP/USP
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – ECA/USP
E-mail: marcoaa@ffclrp.usp.br

MEDIAÇÕES DA CULTURA E DA INFORMAÇÃO:
perspectivas sociais, políticas e epistemológicas

CULTURAL AND INFORMATION MEDIATIONS:
social, political and epistemological perspectives

RESUMO

O artigo inicia-se traçando brevemente as questões gerais que fundamentam o escopo temático, teórico e metodológico do grupo de trabalho “Mediação, circulação e uso da informação” da ANCIB, para, em seguida, apresentar reflexões sobre os conceitos de mediação e mediador, retomando algumas de suas demarcações conceituais nas ciências sociais. Discute o papel do mediador a partir de uma perspectiva política e cultural da atividade de mediação, recuperando algumas idéias de Gramsci acerca das noções de cultura e hegemonia e sua incorporação pela corrente dos estudos culturais ingleses. Aborda a recepção dessa dupla influência no contexto dos estudos sobre comunicação e cultura na América Latina e no Brasil, para, em seguida, pontuar algumas demarcações do conceito nas ciências da informação e comunicação na França. Finalmente, são apresentados alguns dos paradoxos e desafios decorrentes das dinâmicas da “sociedade da informação” em confronto com essas contribuições, para refletir sobre concepções e aplicações possíveis do conceito de mediação no campo de estudos da informação e de sua relação com a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: mediação – informação – cultura – política – sociedade da informação

ABSTRACT

The article addresses briefly the general issues underlying the theoretical and methodological thematic scope of the working group "Mediation, circulation and use of information" of ANCIB thereafter to submit ideas on the concepts of mediation and mediator, incorporating some of their conceptual demarcations in the social sciences. To discuss the role of mediator from a political and cultural perspective of the activity of mediation, to recovering some ideas of Gramsci about the notions of culture and hegemony and its incorporation into the british cultural studies. It addresses the receipt of this dual influence in the context of studies on communication and culture in Latin America and Brazil, then scoring some demarcations of the concept in information sciences and communication in France. Finally are presented some of the paradoxes-and challenges arising from the dynamics of the "information society" in confrontation with these contributions, to reflect on ideas and possible applications of the concept of mediation in the field of information studies and its relationship with society.

KEYWORDS: mediation – information – culture – politics – information society

1. Introdução¹

Os temas das pesquisas presentes no grupo de trabalho da ANCIB “Mediação, circulação e uso da informação” operam nas fronteiras da ciência da informação e na interface interdisciplinar com outras disciplinas, conceitos, métodos e questões das ciências sociais, com ênfase nos atores e seus papéis sociais e institucionais. O GT foi criado desde o primeiro encontro nacional de pesquisa (Enancib) da ANCIB, em 1994, recebendo a denominação “Informação e sociedade/ação cultural”. A partir de 2005, passou a denominar-se “Mediação, circulação e uso da informação”, acentuando uma mudança de perspectiva em seu escopo, de modo a atender às alterações de linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação filiados à ANCIB, além das pesquisas advindas de outros programas ou instituições que desenvolvem temáticas de pesquisa afins aos interesses do grupo.

Desse modo, o GT privilegia estudos da informação a partir de um contexto complexo que contempla a cultura, a sociedade, o Estado e as políticas públicas, com foco em três eixos temáticos principais: a) produção, uso e apropriação social de conhecimentos em redes e movimentos sociais: informação e sujeitos coletivos; b) informação, texto, leitura e memória: mediações reais e virtuais de documentos, informações e coleções; c) informação, ciência, cultura e sociedade: produção, comunicação e divulgação do conhecimento.

Ressalta-se nessas configurações temáticas, o compromisso metodológico, epistemológico, social e político com a relação entre teoria e prática, sendo que, uma não se sobrepõe à outra, mas, aliadas e confrontadas, levam à criação mais de perguntas, do que de respostas de informação, o que se atesta mesmo nos trabalhos de cunho mais teórico-conceitual do que propriamente empírico.

Para os propósitos desse artigo, refletem-se sobre o conceito de *mediação*, entendendo que ele reúne elementos da teoria social, seus conceitos e metodologias para estudar problemáticas e ambientes de informação relevantes para a fundamentação teórica e o dimensionamento das questões práticas da informação, objetivo do grupo de trabalho mediação, circulação e uso da informação.

2. Mediação – um conceito e suas questões

Existem conceitos-chave que, por força de sua abrangência temática e do acúmulo de discussões a seu respeito, acabam por se impor à comunidade intelectual e científica mais ampla, independentemente de consensos a seu respeito. Dentre os muitos conceitos que alcançam

¹ Agradeço a inestimável contribuição para este artigo de Regina Marteleto, coordenadora do Grupo de Trabalho da ANCIB “Mediação, circulação e uso da informação”, especialmente nos tópicos referentes aos aportes da ciência da informação e comunicação de linha francesa e ao histórico do GT.

transversalidade nas disciplinas científicas, destacam-se, para os propósitos desse artigo, os conceitos de cultura, comunicação e informação. Outros conceitos, por sua vez, passam a circular com certa freqüência no âmbito de determinados ambientes acadêmicos, a partir de momentos difíceis de serem circunscritos, exibindo uma naturalidade que muitas vezes esconde a falta de discussões mais aprofundadas acerca de suas aplicações, limites e paradoxos. Esse parece ser o caso, atualmente, dos conceitos aparentados de *mediação cultural* e *mediação da informação* no âmbito da Ciência da Informação.

Para as Ciências Sociais, a noção de mediação está intrinsecamente ligada às chamadas “teorias da ação”. Nesse sentido, “ações sociais são sempre parte de sistemas mais amplos e de processos de compreensão intersubjetiva, o que introduz a questão do papel do agente (‘mediação humana’) nos processos através dos quais as ações são coordenadas.” (Outhwaite e Bottomore, 1996, p. 3). A ação é sempre situada e analisada na esfera da vida pública e a comunicação é um fenômeno que parece fundamentar a ação. As mediações são, nessa perspectiva, as conexões que se estabelecem entre as ações sociais e as motivações (individuais e/ou coletivas). Davallon (2003) considera como um dos sentidos de senso comum atribuído à idéia de mediação a ação de servir de intermediário ou de ser o que serve de intermediário. Cristaliza-se assim a concepção de que essa ação não é o estabelecimento de uma simples relação entre dois termos de mesmo nível, mas que em si ela é produtora de um “algo a mais”, ou de um estado mais satisfatório.

De um ponto de vista impressionista – e, portanto, passível de engano – pode-se afirmar que foi essa perspectiva que se generalizou no campo de estudos da informação, qual seja, a idéia de que um “profissional da informação” (independentemente dele eventualmente preferir ser chamado de bibliotecário, arquivista, museólogo ou outra definição profissional) cumpriria, na prática do trabalho, uma função de “mediador”.

A idéia de mediação envolve coisas muito diferentes entre si, que abarcam desde as velhas concepções de “atendimento ao usuário”, passando pela atividade de um agente cultural em uma dada instituição – museu, biblioteca, arquivo, centro cultural – até a construção de produtos destinados a introduzir o público num determinado universo de informações e vivências (arte, educação, ecologia, por exemplo), chegando à elaboração de políticas de capacitação ou de acesso às tecnologias de informação e comunicação etc. Desse modo, uma definição consensual de mediação, nos ambientes da pesquisa e da prática, parece impraticável: sempre contextualizada, torna-se um conceito plástico que estende suas fronteiras para dar conta de realidades muito diferentes entre si. (Davallon, 2003)

Nos breves pontos elencados acima, vislumbra-se consideráveis desafios dos pontos de vista intelectual e político compreendidos no conceito de “mediação”. Em que medida a Ciência da Informação está – ou pretenderia estar – à altura desses desafios? O que se entende, afinal, por “mediação” e qual a relação que se estabelece, a partir daí, com a função e o papel de “mediador”? Quais as implicações, não apenas teóricas e técnicas, mas também culturais, econômicas e políticas desse papel?

Não se pretende realizar aqui um exercício etimológico da origem do termo, nem tampouco fazer um levantamento histórico do surgimento e incorporação desse conceito no campo da Ciência da Informação, principalmente a que é produzida no Brasil. A intenção, mais modesta, é, a partir de algumas questões suscitadas pela utilização desse conceito, de apontar pontos de interseção e diálogos entre autores e problemáticas, traçando, assim, o esboço inicial de uma discussão voltada para a reflexão sobre seus usos na pesquisa e nas práticas da informação. Para rever o papel do mediador a partir de uma perspectiva político-cultural da atividade de mediação, percorre-se um caminho que retoma, de um lado, as noções de *cultura* e *hegemonia* formuladas por Gramsci, sua posterior incorporação pelos *Cultural Studies* ingleses² e a recepção de ambos no contexto dos estudos sobre comunicação e cultura popular na América Latina e no Brasil, além da contribuição mais recente das ciências da informação e da comunicação na França. Em seguida, examinam-se alguns dos paradoxos e desafios que se desenham a partir das dinâmicas da “sociedade da informação” (ou do “conhecimento”) em confronto com essas contribuições, para enfim refletir sobre concepções possíveis do conceito de mediação no âmbito dos estudos da informação e sua relação com a sociedade.

3. Gramsci, os *cultural studies* e a revisão do papel da cultura

Uma das principais contribuições de Gramsci (1891-1937), no âmbito da teoria marxista, é a de repensar as relações entre uma estrutura determinante (modo de produção) e uma superestrutura determinada (instituições jurídicas e políticas, formas de consciência, práticas políticas e culturais). Sua proposta de análise cultural busca revelar os mecanismos de *falseamento, ilusão, não-consciência*, mostrando como a superestrutura não é meramente o *reflexo*, mas a *mediação* das relações de produção.

A revisão gramsciana da teoria cultural marxista considera os diversos aspectos relacionados ao conceito de *ideologia*: 1) um sistema de crenças característico de uma classe ou

² Utilizo o termo em inglês para referenciar claramente o movimento intelectual fortemente marcado por uma renovada leitura do pensamento marxista e que se consolidou na Inglaterra entre o final dos anos 50 e início dos anos 70, diferenciando-o do, hoje, amplamente utilizado termo “estudos culturais”, que abrange um arco muito mais amplo em termos de países de origem e de referências teóricas e temáticas.

grupo; 2) um sistema de crenças ilusórias – idéias falsas ou consciência falsa –, que se pode contrastar com o conhecimento verdadeiro ou científico; 3) o processo geral da produção de significados e idéias. Nessa perspectiva, para Gramsci, “todos os homens são filósofos”, portanto, dominam alguma forma de saber, na medida em que participam de uma concepção de mundo de um dado grupo social. Ele aponta os campos nos quais pode ser investigada essa “filosofia espontânea”: 1) na própria linguagem; 2) no senso comum e no “bom senso”; 3) na religião popular e em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de operar que se apresentam no que se chamava de “folklore”. Desse modo, aponta novas perspectivas para se (re)pensarem as relações entre ideologia, cultura e política, segundo autores marxistas estudiosos desses conceitos:

Onde a maioria dos teóricos da ideologia pensam apenas no pensamento sistemático, ou se aplicam ao máximo para sistematizar formas de ideologia a fim de ressaltar sua coerência, Gramsci tem plena consciência da maneira pela qual a ideologia é uma “relação vivida”.[...] Ele é talvez o primeiro marxista a examinar seriamente a ideologia em seus “níveis mais baixos” como sendo a acumulação de “conhecimentos” populares e as maneiras de ocupar-se com a vida cotidiana – o que ele chama de “senso comum”. (Hall et alli, 1983, p. 65)

Uma contribuição fundamental de Gramsci é o conceito de *hegemonia*, que pode ser entendido como sinônimo de cultura em sentido amplo, sobretudo de cultura em sociedade de classes, já que leva em conta o domínio e a subordinação *efetivamente vividos* de determinadas classes. A hegemonia é um processo. Não podendo nunca ser singular, corresponde a uma gama de processos e relações complexas. Dessa forma, a hegemonia não é total ou exclusiva, o que leva ao conceito correlato de *contra-hegemonia*.

Outro importante conceito explorado por Gramsci é o de *intelectual orgânico*. Ele distingue diferentes tipos de intelectuais, mas todos possuem em comum um vínculo mais ou menos estreito com uma determinada classe social. Nessa formulação, Gramsci salienta o fato de que a *organicidade* da relação entre os intelectuais e a classe por eles representada não é mecânica, visto que ele não é um mero “reflexo” da estrutura sócio-econômica, mas possuidor de certa autonomia em relação a ela (Gramsci, 1980).

De todo modo, os intelectuais constituem uma camada diferenciada socialmente, ligada às classes economicamente dominantes que controlam a estrutura, e encarregada da elaboração e gerenciamento da superestrutura que fornecerá a esta classe dominante a hegemonia da estrutura social em um dado contexto histórico (o chamado “bloco histórico”). Desse modo, os “velhos intelectuais” eram os elementos organizadores de sociedades fundamentalmente camponesas e artesanais. A ascensão do capitalismo implicou a organização do Estado e do

comércio, a reestruturação do sistema produtivo com a introdução da indústria e de novas tecnologias de transporte e comunicação. Surge, assim, um novo tipo de intelectual: o quadro técnico, o especialista da ciência aplicada, o administrador-burocrata. Talvez se possa começar a pensar no que seria a configuração inicial de um “mediador” a partir dessa matriz do pensamento gramsciano.

O conjunto das contribuições de Gramsci exercerá importante influência nas discussões sobre o pensamento marxista do pós-2^a Guerra Mundial, em especial no âmbito da “Nova Esquerda” européia. No caso da Inglaterra, as primeiras contribuições virão dos estudos literários e históricos, por meio das contribuições de autores como Raymond Williams (*Cultura e Sociedade*, 1958), Richard Hoggart (*Os usos da cultura*, 1957) e Edward P. Thompson (*A formação da classe operária inglesa*, 1963).

Apesar dessas obras seminais, Williams chama a atenção para o fato de que os *cultural studies* começaram menos como um empreendimento intelectual (ainda que de caráter marginal em relação ao *curriculum* hegemônico das universidades da época) e mais como um projeto político: a necessidade de estabelecer uma educação democrática para as classes populares excluídas do acesso à escola e a outras instituições de determinado sistema ou aparato cultural. Nesse sentido, os três foram “intelectuais orgânicos” na concepção gramsciana do termo, trabalhando como professores da Workers’ Educational Association (WEA), uma organização de esquerda voltada para a educação de trabalhadores, com aulas noturnas. (Cevasco, 2003)

Em 1964 foi fundado o Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), dirigido primeiramente por Hoggart e vinculado ao Departamento de Língua Inglesa da Universidade de Birmingham e considerado o foco condensador e disseminador dos *cultural studies*. Sua organização tendia à democratização do ensino universitário e procurava-se, sempre que possível, a ligação entre pesquisa e grupos sociais. As idéias de Gramsci desempenharam importante influência nesse processo, especialmente a partir do conceito de hegemonia: os meios de comunicação e as tecnologias não eram estudados como meros instrumentos de manipulação e controle da classe dirigente, mas como agentes da reprodução cultural, considerando-se, assim, sua natureza complexa e sua dinâmica ativa na constituição da hegemonia. O destaque era dado aos intercâmbios e interações complexas entre as culturas populares e a cultura hegemônica, aos processos de incorporação, reprodução e resistência.

Para Stuart Hall (segundo diretor do CCCS), a perspectiva política dos *cultural studies* no contexto britânico dos anos 70 era produzir “intelectuais orgânicos” alinhados com um movimento histórico emergente — muito embora, como confessa Hall, não se vislumbrasse, naquele momento ou agora, onde se encontrava esse movimento. Segundo ele, “éramos inte-

lectuais orgânicos sem qualquer ponto orgânico de referência". Entretanto, ele destaca outro aspecto da definição de Gramsci de trabalho intelectual: o fato dele se realizar em duas frentes, teórica e política. Assim,

O segundo aspecto *[o político]* é igualmente crucial: o intelectual orgânico não pode subtrair-se da responsabilidade da transmissão dessas idéias, desse conhecimento, através da função intelectual, aos que não pertencem, profissionalmente, à classe intelectual. A não ser que essas duas frentes estejam operando simultaneamente, ou pelo menos a não ser que essas duas ambições façam parte do projeto dos estudos culturais, qualquer avanço teórico nunca será acompanhado por um envolvimento no nível do projeto político (Hall, 2003, p. 207.)

A consolidação dos estudos culturais se deu nos anos 70, quando o Centro de Birmingham foi presidido por Stuart Hall. Nesse período ficou evidente que o projeto do CCCS se caracterizava pela pesquisa e pelo posicionamento político de esquerda, evidenciado nas intervenções críticas e nas propostas de construção de políticas culturais populares. O modelo de intelectual orgânico de Gramsci – alguém que tivesse um envolvimento visceral e não apenas profissional ou acadêmico com os problemas – era o padrão almejado. Muitas das melhores contribuições do Centro foram proporcionadas por estudos que mostram como gênero e raça são definidos culturalmente, de modo a colocar em desvantagem as mulheres e os grupos minoritários. (Shulman, 2006) Com a ascensão do governo conservador de Margaret Thatcher no final da década, essa postura só irá se consolidar.

Em larga medida, a importância dos *cultural studies* ainda permanece, exercendo influência, para além da cena inglesa, nos EUA, na América Latina e Ásia, apesar das críticas à sua atual dispersão temática, paradigmática e política. Sua grande contribuição permanece sendo a análise crítica das indústrias culturais e dos aparelhos ideológicos de Estado, gerando uma reflexão sobre a influência e o papel estrutural dessas indústrias e aparelhos nas formações culturais das classes populares e dos grupos minoritários.

4. A recepção de Gramsci e dos *cultural studies* na América Latina e no Brasil

No panorama mais geral da América Latina, uma primeira recepção do pensamento de Gramsci se deu no contexto da construção de frentes nacionais-populares pela defesa da soberania nacional contra o imperialismo, que se apoiou numa combinação de algumas de suas teses com outras oriundas da “teoria da dependência”, formuladas no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, organização que reunia grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino americano), servindo também como inspiração para a construção de programas de educação popular. No caso mais específico do Brasil, a recepção de Gramsci se deu nos anos 60, mas foi precocemente interrompida pela censura da ditadura

dura militar. Essa escassa repercussão durou até meados dos anos 70, quando seus livros começaram a ser reeditados, no contexto da abertura política (“lenta, gradual e segura”, como se dizia então), e da autocrítica da esquerda que buscava novos modelos.

No plano propriamente acadêmico-intelectual — que não pode ser, entretanto, totalmente separado do cenário político institucional mais amplo —, a recepção de Gramsci e dos *cultural studies* ingleses é quase concomitante. A leitura de Williams e dos estudos culturais apresentava-se como uma alternativa intelectual e política à influência dos teóricos franceses vinculados ao estruturalismo. A relação inextrincável entre cultura e política proposta por ele permitia vislumbrar uma possibilidade de ação intelectual que, ao se desenvolver, também adquiria uma significação pública, segundo Beatriz Sarlo:

Mas não se tratava simplesmente de uma questão prática. Na resistência de Williams a traçar limites nítidos entre esferas, no seu *culturalismo*, podia ser encontrada uma via que conservasse o melhor de uma leitura também culturalista de Gramsci (que tinha sido, então, objeto de reciclagens althusserianas”) e, ao mesmo tempo, restituísse à cultura uma independência com relação às mais fortes determinações sociais e políticas. Em suma: podia-se imaginar que a natureza social da cultura era um problema para ser resolvido e não um ponto de partida em que tudo já estava resolvido. (Sarlo, 1997, p. 88)

Os *cultural studies* e a releitura de Gramsci — especialmente suas contribuições em torno do conceito de hegemonia — encontraram na América Latina condições socioculturais propícias para seu desenvolvimento, especialmente a partir da década de 1980. Em primeiro lugar, havia a experiência de países sob regimes autoritários, onde a resistência floresceu em lugares geralmente não considerados pelas análises tradicionais (comunidades cristãs, movimentos artísticos, entidades de defesa dos direitos humanos etc.), onde o plano simbólico da cultura desempenhava papel importante. Em segundo lugar, nesse momento ocorria também uma ampliação da dinâmica da escolarização e da implantação de meios de comunicação massivos. Como aponta Jesús Martín-Barbero,

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo — os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação — mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a *compreensão de sua natureza comunicativa*. Isso é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor. (Martín-Barbero, 1997, p. 287)

No caso do Brasil, outro momento marcante da recepção das idéias gramscianas foi a realização, em 1981, em São Paulo, do IV Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação

ção, promovido pela INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), tendo como tema “Comunicação, hegemonia e contra-comunicação”, que instava os participantes a pensarem nas possibilidades de construção de uma contra-hegemonia em relação aos meios de comunicação de massa no contexto da abertura política. (Lins da Silva, 1982).

Nos programas de pós-graduação em ciência da informação, os anos de 1980 marcam a inauguração de linhas de pesquisa em informação, cultura e sociedade, com o pioneirismo do programa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, que demarcou a articulação entre os três conceitos em suas dimensões epistemológicas, sociais, simbólicas e ideológicas. O esforço, entre outros, foi o de procurar entender, em perspectiva histórica e epistemológica, a formulação da questão informacional no quadro da modernidade ocidental, abrindo-se uma perspectiva crítica e interpretativa para o fenômeno da informação, sendo o pensamento gramsciano ocupante de papel relevante.

Em janeiro de 1982, em João Pessoa, na Paraíba, em palestra apresentada no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, Paulo Freire conclamava o público presente a pensar na posição estratégica que as bibliotecas poderiam desempenhar num projeto de emancipação cultural e política das classes populares. A biblioteca popular, pensada antes como centro cultural e não como depósito de livros, permitiria uma ampliação e intensificação das habilidades dos leitores, assegurando-lhes a correta forma de ler o texto em relação com o contexto. (Freire, 1983, p. 41)

No decorrer da década de 80 circulava nos ambientes universitários das ciências da comunicação, e em menor proporção, da informação, a produção de pesquisadores brasileiros e latino-americanos ligados a essa perspectiva, que vê a cultura como processo de construção da hegemonia. Nossa hipótese é que esteja aí um dos pontos de partida da construção dos conceitos de *mediação cultural* e de *mediação da informação*.

Nos fins dos anos de 1980 Néstor García Canclini chamava a atenção para o desmoronamento das fronteiras entre o erudito e o popular através dos processos comunicacionais e políticos massivos, que reorganizam sob novas regras o hegemônico e o subalterno. Sem desconsiderar os processos de estratificação social, ele criticava a vinculação rígida de classes sociais a estratos culturais com repertórios fixos de bens simbólicos, chamando a atenção para a circulação mais fluída e complexa que se estabelece agora: “*só sugerimos que a reorganização dos cenários culturais e o cruzamento das identidades levam a perguntar-se de outro modo pelas ordens que regem as relações entre os grupos.*” (Canclini, 1990, p. 235)

Também pensando no contexto cultural e político das classes populares, Jesús Martín-Barbero reflete sobre qual seria o papel de um mediador cultural, recuperando alguns dos traços do intelectual orgânico gramsciano:

Nesse momento a comunicação cultural deixa de assumir a figura do intermediário entre criadores e consumidores para assumir a tarefa do mediador que atua na abolição das barreiras e das exclusões sociais e simbólicas, no deslocamento do horizonte informativo das obras para as experiências e as práticas e na desterritorialidade das múltiplas possibilidades da produção cultural. É óbvio que a nossa proposta não é a de uma política que abandone a ação de difundir ou dar acesso às obras e, sim, a de crítica a uma política que faz da sua difusão o seu modelo e a sua forma. (Martín-Barbero, 1993, p. 34)

Parece possível supor um diálogo entre as concepções destes autores e algumas das elaborações de Teixeira Coelho em torno dos temas da ação e da mediação cultural. Esse autor aponta para a atuação dos centros de cultura na década de 70 e sua contribuição para a discussão sobre a ação cultural como instrumento privilegiado de atuação, mostrando que “o desejo de fazer da arte e da cultura instrumentos deliberados de mudança do homem e do mundo permanecem – sob o novo rótulo de ‘ação cultural’” (Coelho, 1989, p. 8). Posteriormente ele aprofundará o tratamento dado ao tema, definindo da seguinte maneira o conceito de *mediação cultural*:

Processos de diferente natureza cuja meta é promover a aproximação entre indivíduos ou coletividades e obras de cultura e arte. Essa aproximação é feita com o objetivo de facilitar a compreensão da obra, seu conhecimento sensível e intelectual – com o que se desenvolvem apreciadores ou espectadores, na busca de formação de públicos para a cultura ou de iniciar esses indivíduos e coletividades na prática efetiva de uma determinada atividade cultural. [...] Os diferentes níveis em que essas atividades podem ser desenvolvidas caracterizam modos diversos da mediação cultural, como a *ação cultural*, a *animação cultural* e a *fabricação cultural*. Diz-se ainda que os meios de comunicação, sendo por um lado eles mesmos produtos culturais acabados que se apresentam como fins em si, operam uma mediação entre os diversos segmentos e modos culturais da sociedade. (Coelho, 1997, p. 248)

Longe de encerrar a polissemia do conceito de mediação cultural, a definição acima aponta para mais um elemento “problematizador”: o papel das tecnologias nesses processos sócio-comunicacionais, tornado mais evidente com a explosão das “novas” tecnologias de informação e comunicação. Este é um “gancho” para se refletir posteriormente sobre alguns paradoxos dos processos de mediação no âmbito de uma “Sociedade da Informação”.

5. Mediações, usos e apropriações de saberes, conhecimentos e informações

Lembra Davallon (2003) que, na França, o representante mais proeminente da concepção política de construção da hegemonia nos processos info-comunicacionais, inspirada em Gramsci, é Armand Mattelart, que, ao abordar a problemática das mediações, refere-se ao

processo de construção da hegemonia (consenso), considerando-o através do encontro das culturas ou da diversidade e da complexidade culturais, ressaltando a dimensão política dos processos de mediação.

Para as ciências da informação e da comunicação francesas *mediação* é, em linha geral, uma construção teórica destinada a refletir sobre as práticas e os dispositivos que compõem os arranjos de sentidos e as formas comunicacionais e informacionais nas sociedades atuais, sem perder de vista os elos que, tanto os conteúdos, quanto os suportes e os acervos mantêm com a tradição cultural.

Antes de considerar alguns elementos gerais nessa trilha conceitual, ressalta-se a teoria das mediações, que tem sua expressão mais conhecida em Régis Debray. Em sua obra inaugural da midiologia, intitulada *Transmettre* (1997), o filósofo acentuava a necessidade de se refletir sobre a complexidade da transmissão das culturas e dos conhecimentos ao longo dos séculos, e sobre a onipresença invisível das técnicas nesses processos de transmissão. Para a midiologia, a idéia de *transmissão* tem prevalência em relação à de *comunicação*, ao ressaltar a dimensão de permanência dos fenômenos informacionais, em lugar de sua sincronia e eventualidade. Na obra *Introduction à la médiologie* (2000), Debray afirmava que a midiologia não se interessa pelo estudo das mídias, e sim pelo homem que transmite via educação, aprendizagem, adoção e filiação. Nesses processos, os meios de comunicação intervêm apenas como suportes das mensagens. No entanto, segundo o autor, porque hoje os elos simbólicos se atrofiam frente às conexões técnicas, e porque o permanente se subordina ao efêmero (por exemplo, os programas escolares em relação aos programas televisivos) a crise da civilização contemporânea é uma crise das transmissões. Nessa direção, o campo de estudos da midiologia se organizaria por meio de duas vertentes: a) dos efeitos simbólicos das técnicas; b) das condições técnicas de existência e de desenvolvimento do simbólico.

Na perspectiva das ciências da informação e da comunicação, segundo Gellerau (2006), a *mediação* pode ser entendida sob dois prismas: o da “relação com um sistema” (ex. a mediação social) ou o da “construção de sentido” (o processo interpretativo). Seja numa ou noutra acepção, a mediação implica sempre acompanhamento, controle e negociação por um “terceiro”, enquanto o sujeito que se beneficia de um processo de mediação é levado a aprofundar o seu próprio ponto de vista e a descobrir outros. Sob o ângulo da construção de sentidos, a noção se fundamenta no fato de que os sentidos não são imanentes aos objetos, mas são construídos processualmente por sujeitos interpretantes, com o apoio de linguagens e dispositivos.

Para Bordeaux (2003, p. 5) o modelo da *mediação* resulta de uma evolução necessária em relação a dois outros modelos: “o da transmissão de informações, apoiado no par emissor-receptor (...) e o da interação, no qual a comunicação é definida como a resultante das interações entre os sujeitos sociais”. Essa evolução emerge de um movimento mais geral que dá uma importância maior ao papel dos públicos e usuários e à democratização cultural, assim como aos dispositivos e às redes.

Couzinet (2000) estudou a constituição do campo das ciências da informação na França, empregando a noção de *mediação* como construto teórico-metodológico para analisar as redes formadas entre profissionais e pesquisadores, e o papel das revistas científicas na disseminação das pesquisas acadêmicas e sua apropriação nas práticas profissionais. As mediações estudadas dizem respeito ao processo histórico de autonomização do campo das ciências da informação, seus fundadores, atores, veículos e instituições atuantes ao longo de um percurso histórico.

Hennion (1993, p. 223) ao aplicar o conceito de *mediações* no campo da música, pretende realizar uma “sociologia das mediações” para criar outra via de entendimento que escape da razão dual “indivíduo-sociedade” que paira nas ciências sociais desde Durkheim. O termo mediação “designa o lugar de interrogação, apontando como problemática a articulação entre essas duas maneiras duals de interrogar o mundo social”. Para o autor, a atribuição das causas não é uma operação teórica decidida pelo pesquisador, mas o trabalho prático constante dos atores que ele observa, e é preciso fazer dessas atribuições o próprio objeto da pesquisa. Entre as vantagens teórico-metodológicas do emprego da idéia de *mediações*, observa que a palavra designa uma *operação*, e não *operadores*:

Ela não obriga a fazer uma separação de princípio entre instrumentos, permitindo circular sem solução de continuidade dos humanos às coisas, passando por sujeitos ou objetos, instrumentos, sistemas, linguagens, instituições; [...] ela reenvia ao mesmo tempo a uma longa série de personagens-chave, aos papéis complementares e concorrentes [...]; e a uma lista [...] de dispositivos materiais ou institucionais encaixados, mais ou menos fixos nas coisas... (Hennion, 1993, p. 224-25)

Davallon, refletindo sobre os ambientes culturais e museológicos na contemporaneidade, introduz a idéia de mediação, quando afirma que a exposição é um instrumento de comunicação social, e utiliza para isso o cultural: “a exposição é mídia: efêmera, contingente, voltada para a comunicação. Ela é mediação: o cultural aí é entendido como animação social, produção de estruturas de comunicação e de mensagens.” (1983, p. 9) Para o autor, na ciência, nas artes, nas comunidades, a exposição parece ser um gênero em mutação ou um novo meio de comunicação, não de massa, mas, ao contrário, “social”, pois ela reúne as pessoas, mostra

objetos “verdadeiros” e não somente imagens. Ela é percorrida e seu público é escolhido e se escolhe.

Essas diferentes perspectivas de estudo do conceito de *mediação* de linhagem francesa privilegiam uma análise relacional da cultura, do conhecimento, dos saberes, das informações científicas e dos bens culturais na sua aproximação com outros campos e atores sociais. Ao propor um texto organizador e divulgador do discurso elaborado pelos atores institucionais do campo científico-erudito, a ser apresentando ou veiculado em diferentes espaços e mídias, é preciso lembrar que existe uma negociação entre as propriedades do discurso proposto e as estratégias de apropriação dos sujeitos sociais. A idéia de mediação leva a refletir que é nesse espaço ou intervalo que se organiza um “terceiro lugar” ou “terceiro momento” de (re)significação das informações para os sujeitos, para além dos pólos emissão-recepção.

6. Mediação cultural e da informação: alguns paradoxos e desafios contemporâneos

O contexto social das interações comunicacionais na história humana pouco se modificou, até o século XV, quando predominaram as interações face a face. A partir do século XV ocorre não apenas a instituição de novas redes de transmissão, mas o surgimento de novas formas de interação e novos tipos de relacionamento social, com a difusão da imprensa e a dinamização do comércio e dos deslocamentos a ele relacionados. Com o surgimento de novos meios de comunicação, especialmente a partir do séc. XIX, a interação social passa a se dissociar do ambiente físico. Segundo Thompson, o intercâmbio de informação e conteúdo simbólico sofre uma profunda mudança com as inovações tecnológicas (imprensa e, posteriormente, meios eletrônicos): que as interações face a face cedam cada vez mais espaço para as interações mediadas e as “interações quase mediadas” — as relações que as pessoas estabelecem com os conteúdos dos meios. Para ele, as pessoas passam a considerar cada vez mais outras fontes de informação além das pessoas com as quais interagem diretamente no cotidiano: “a criação e a renovação das tradições são processos que se tornam sempre mais interligados ao intercâmbio simbólico mediado.” (Thompson, 1998, p. 82) A organização social da “interação quase mediada” é uma maneira de interpretar o processo de institucionalização da informação com o objetivo de garantir a construção e reprodução do conhecimento considerado socialmente relevante. Estabelece-se uma relação entre instituições e papéis sociais, e a adequação do comportamento a estruturas previamente definidas.

A tremenda expansão de materiais simbólicos decorrentes do desenvolvimento dos meios massivos de comunicação enriquece e acentua a organização reflexiva das identidades, através da incorporação de materiais mediados a uma coerente e contínua revisão da narrativa biográfica. O recurso a estruturas de compreensão relativamente estáveis (como a tradição

oral), ligadas a locais particulares, torna-se cada vez mais difícil e rara. As possibilidades abertas podem ser inquietantes, na medida em que permitem aos indivíduos uma reflexão crítica sobre si mesmos e suas reais condições de vida, ou deixa-os a mercê de conteúdos simbólicos criados e definidos por terceiros, a partir de outros objetivos e interesses:

O conhecimento local é suplementado, e sempre mais substituído, por novas formas de conhecimento não locais que são fixadas num substrato material, reproduzidas tecnicamente e transmitidas pela mídia. O conhecimento técnico é gradualmente separado das relações de poder estabelecidas pela interação face à face, à medida que os indivíduos vão sendo capazes de ter acesso a novas formas de conhecimentos não mais transmitidos face à face. Os horizontes de compreensão dos indivíduos se alargam; eles não se estreitam mais nos padrões de interação face à face, mas são modelados pela expansão das redes de comunicação mediada. (Thompson, 1998, p. 184)

Esse contexto da “Sociedade da Informação” apresenta desafios consideráveis para se repensar, a partir da noção de hegemonia como processo cultural, o processo de mediação – cultural e da informação – e o papel dos mediadores. Dada a complexidade dos aspectos envolvidos, abordaremos brevemente dois pontos, entre vários possíveis, que parecem merecer uma reflexão por parte da ciência da informação.

6.1. Mediação e meios de comunicação e informação

O primeiro ponto a ser considerado é a concepção de mediação como produto resultante da ação dos meios de comunicação e informação. Em artigo bastante difundido, Michael Buckland faz uma distinção entre “informação como processo”, “informação como conhecimento” e “informação como coisa”. (Buckland, 1991). Ele dá especial atenção à terceira definição, por considerar que a “informação como coisa” é a única forma de informação que é diretamente tratada pelos sistemas de informação. Os indivíduos, em sua concepção, não são informados exclusivamente por meio da comunicação intencional, mas pelo contato com uma grande variedade de objetos (há, aqui, notáveis correspondências com o que Thompson chama de “interação quase mediada”). Essa é, entretanto, uma distinção heurística; ele sabe que, concretamente, a “informação como coisa” se constitui a partir de relações e interações com os movimentos da “informação como processo” e da “informação como conhecimento”. Se os sistemas de informação atuam como mediadores materiais, a sua constituição (a partir da passagem de tangíveis para intangíveis e vice-versa, na terminologia de Buckland) aponta para uma *mediação humana*, que muitas vezes é esquecida na discussão sobre as novas tecnologias de informação e comunicação. A dinâmica implícita na relação entre as três definições de informação é obliterada, e a materialização da “informação como coisa” é cristalizada nos sistemas “técnicos” de informação que surgem como panacéias mágicas e/ou “neutras” para os problemas distintos, mas concomitantes, de “acesso a” e/ou “excesso de informação”.

Dominique Wolton, ao discutir os desafios específicos das novas tecnologias, salienta que as técnicas não bastam, por si só, para criar a comunicação. Ou seja, há que se considerar a oposição entre a velocidade da informação e o vagar da comunicação, entre o desempenho técnico e as dificuldades da intercompreensão entre indivíduos e coletividades reais. Lembra a necessidade de uma reflexão acerca do *tipo* de informação produzida por estes sistemas técnicos. Em outras palavras, a relação/oposição entre a facilidade de acesso e competência para a assimilação e a manipulação de informações e conhecimentos. Contrapõe-se, desse modo, à uma corrente (inspirada principalmente nas obras de Pierre Lévy), que aclama a liberdade ir-restrita aberta pela internet e que permitiria aos indivíduos escapar ao jugo dos especialistas e consultar *diretamente* as fontes de informação. Wolton chama a atenção para os *intermediários* e seu papel de facilitadores ao acesso da informação e do conhecimento, colocando-se na contracorrente da ideologia de valorização do *do it yourself*, ou, do “faça você mesmo”. Na sua concepção, esses mediadores seriam:

Os professores, assim como os documentalistas, sobre os quais eu não canso de repetir que se trata de uma profissão essencial, largamente desvalorizada, e indispensável no futuro para se navegar nas redes, pois qualquer um que já tenha experimentado comprehende as dificuldades e as limitações. Aliás, começa-se a perceber a força de emancipação e de progresso que existe no estatuto dos intermediários. A emancipação não reside mais em suprimir os intermediários, mas, ao contrário, em reconhecer o seu papel. (Wolton, 2003, p.136, grifos nossos)

Competências cognitivas são fundamentais para que os indivíduos contextualizem a informação e a utilizem, o que remete à velha questão das desigualdades culturais/educacionais. Para Wolton, é aqui que mais facilmente se percebe a mistificação da idéia de “rede” vista como símbolo de liberdade; não há, entretanto, rede sem escolha, sem organização, sem hierarquia, já que os conhecimentos não existem fora de um contexto social, nem se reorganizam de maneira aleatória. Isso remete a questões relativas à “proteção” da informação, à problemática do poder, aos limites de toda e qualquer comunicação, à saturação da informação gerada pela expansão das redes. Desse modo, desde o século XVIII, a questão permanece: como articular a emancipação do indivíduo e sua inclusão na coletividade? Um modelo a ser recuperado daquele momento histórico, que permite pensar melhor o estatuto das novas técnicas, é o da *vulgarização*: aqueles que sabiam mais, transmitiam seus conhecimentos, direta ou indiretamente, aos que sabiam menos, possibilitando a esses o ingresso no mundo do conhecimento, pressuposto do exercício efetivo da capacidade de julgamento esclarecido — um dos pilares da noção de cidadania (Wolton, 2003).

A utopia/distopia contemporânea da internet como um tipo de curto-círcito cultural também deve ser ponderada: se, de um lado, temos a multiplicidade de informações e de acessos a novos *sites* e domínios, por outro lado, é importante lembrar que uma das características dessa cibercultura — a velocidade, o constante fazer e desfazer —, choca-se com um dos aspectos da cultura, o da sua permanência e duração, caros a uma tradição de compreensão do conhecimento e da cultura no campo de estudos da ciência da informação. Torna-se necessário repensar não só a dialética tradição/inovação, como também repensar o papel que podem desempenhar os meios de comunicação e as novas tecnologias na configuração de um possível espaço público democrático em nossas sociedades. Como a tecnologia é incorporada na sociabilidade e no diálogo público, e que tipo de laços ela produz? De que maneira as pessoas se submetem ou re-inventam os usos da tecnologia e como isso modifica sua relação com as representações e valores sociais “dominantes”? A maneira inventiva de lidar com as novas tecnologias de informação e comunicação nos remete a Michel de Certeau e sua análise das práticas dos usuários (*usagers*). À produção informática e midiática — racional, centralizada, espetacular — corresponde a outra produção, qualificada por Certeau de *consumação* — astuciosa, dispersa, mas que se insinua em todos os lugares, silenciosa e quase invisível, pois não é assinalada por produtos próprios e sim por maneiras de empregar os produtos impostos pela ordem econômica dominante (Certeau, 1990). A Internet possuiria o potencial de subverter de alguma maneira essa lógica centralizadora? Em que medida as possibilidades abertas pelos novos formatos de comunicação/informação da WEB configurariam ou representariam tendências sociais? Qual o papel dos mediadores na rede e quais habilidades os indivíduos que exercessem esse papel deveriam desenvolver?

Nesse contexto, é importante atentar para a diversidade de conteúdos presentes na WEB: 1-) aplicações tipo serviço (reservas, divulgações etc.); 2-) aplicações do tipo lazer (jogos, vídeo); 3-) aplicações ligadas à informação-notícia e 4-) aplicações ligadas à informação-conhecimento (bancos de dados). Como observa Wolton,

Esta informação, ao contrário da informação-notícia, é o resultado de um saber e de uma construção. O *dado* só existe após ter sido construído, ele é então arbitrário e reflete diretamente uma relação com o real, quer dizer, uma escolha. [...] Os satélites e a televisão a cabo já oferecem uma expansão da informação tradicional, no quadro da televisão interativa (isto é, por adjunção dos serviços de computadores), prestando uma possibilidade muito maior ao consumidor de escolher sua informação, até mesmo de construí-la, em todo caso de agir em relação a ela. As informações especializadas e os bancos de dados, através da informática doméstica, oferecem o meio para gerar uma quantidade crescente de informações e conhecimentos.(Wolton, 2003, p.91)

De acordo com Wolton, as desigualdades socioculturais se reencontram na utilização dos quatro serviços, mas é em relação ao *conhecimento* que as diferenças são maiores. A informação já é seletiva por seu próprio conteúdo, mas também pelos procedimentos de pesquisa dos usuários. A forma de construir e apresentar a informação, prevendo os meios para acesá-la, não é universal, estando relacionada aos esquemas culturais de quem a disponibiliza, muito mais do que aos esquemas de quem a acessa. Essa constatação demarca a ingenuidade do postulado de uma “neutralidade técnica” da organização da informação, que está por merecer uma discussão mais aprofundada.

6.2. Os mediadores no contexto da “Sociedade da Informação”

Outro ponto a ser considerado é o papel dos mediadores frente às possibilidades abertas (e também fechadas) pelas “novas tecnologias” da sociedade da informação. Aqui haveria a necessidade de um breve excuso, para lembrar que, juntamente com a ascensão das “novas tecnologias” nas últimas quatro décadas, também ocorreram mudanças sociais, econômicas e políticas consideráveis no mundo contemporâneo. Dois aspectos interligados merecem ser mencionados em relação à nossa discussão: mudanças nas formas de representação e atuação política e os impactos da globalização.

O primeiro aspecto relaciona-se com a modificação do papel protagonista do Estado: se para Gramsci e para os estudos culturais este era o “interlocutor privilegiado” (e os sistemas de mídia e de educação eram subentendidos nessa discussão dentro do espírito althusseriano dos “aparelhos ideológicos de Estado”), hoje a situação é diversa. De um lado, temos “o mercado” enquanto entidade intangível e onipresente que condiciona fortemente as políticas públicas e as dinâmicas sociais em geral. De outro lado temos novas formas de organização política que transcendem a filiação mais orgânica a uma classe social, modificando a própria agenda política de lutas e recolocando o “cultural” — novamente pensado em termos de construção da hegemonia — em questão.

Para Alberto Melucci, “nos sistemas complexos, a capacidade de intervenção sobre a ordem simbólica não só se generaliza em toda a sociedade, mas se move também em direção ao indivíduo.” (Melucci, 2001, p.71). No passado, o pertencimento era pensado em termos de um grupo; agora o indivíduo é o ponto terminal dos processos de regulação. O mundo contemporâneo coloca à disposição dos indivíduos uma gama inédita de recursos simbólicos que estendem seu potencial de individuação (autonomia/auto-realização). Dessa forma, para garantir a própria integração, a sociedade não pode ficar restrita à regulação da apropriação e distribuição de recursos, devendo estender seu controle sobre os níveis simbólicos das ações — as esferas que constituem o sentido e a motivação do agir.

Na concepção de Melucci, o desafio dos movimentos é, de um lado, manter a identidade sem deixar a ação coletiva esmorecer ou transformar-se em seita, e, de outro, sem se deixar “cooptar” pela representação política clássica ou convencional. Opera-se, assim, uma passagem de uma visão totalizante da política para uma visão específica e necessária. Nas sociedades complexas, a política se torna a possibilidade de mediação entre os interesses para produzir decisões: tradução de relações e interesses, nem sempre paritários em termos de chances de sua realização. Nessas sociedades, o conhecimento é um recurso fundamental para os atores conflituais, porque permite revelar a natureza real das relações sociais por trás das aparências que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva. Nas complexas sociedades contemporâneas, a *cultura* torna-se o terreno por excelência dos conflitos:

Na sociedade de massa, na qual inexiste a separação rígida das culturas e dos modos de vida, a ideologia tende a se transformar em canal privilegiado de manipulação consensual. Sair da ideologia e produzir conhecimento (conhecimento, capacidade de análise, capacidade de comunicação, auto-reflexibilidade) torna-se um recurso-chave para a ação coletiva. [...] Os espaços de produção do conhecimento são espaços “políticos” nos quais se encontram e se desencontram demandas provenientes dos atores sociais e exigências do sistema. Do mesmo modo, são espaços que caracterizam e difundem informações. Eles fazem parte daquele espaço público no qual podem ocorrer a participação e a representação das identidades coletivas. Na condição, porém, de que permanecem como espaços abertos ao confronto e à negociação dos interesses. (Melucci, 2001, p. 143)

O campo do discurso público é aquele no qual a palavra dos movimentos pode ser ouvida. Não é um dado, mas a resultante de múltiplas interações que, nas sociedades complexas, envolve o sistema da mídia — de “produtores” a “consumidores” (considerados por Melucci numa perspectiva “ativa”). Afasta-se assim a idéia ingênua de que a informação refletiria uma “realidade em si”: a informação, em suas diferentes formas, é “realidade” no sentido em que nossa experiência, contemporaneamente, é quase que inteiramente mediatizada, justamente pelos mídias, como observa Melucci. Assim, “os quadros cognitivos e as relações que nos permitem *vivenciar* a realidade dependem das informações de que dispomos.” (Melucci, 2001, p. 144) Trata-se de tarefa fundamental, portanto, investir cada vez mais no debate sobre os modos pelos quais a realidade é construída por meio da elaboração das mídias e de suas tecnologias. A questão central passa a ser a de maior ou menor visibilidade dos códigos, dos processos de decisão, da construção das linguagens. Desses processos, em modos e em graus diversos, participam muitos atores:

De fato, um mundo construído pela informação não é produto da vontade onipotente de poucos manipuladores (exceto que se hipotetize uma sociedade do Grande Irmão), mas é fruto do ajustamento contínuo dos quadros cognitivos, das escolhas motivacionais, dos processos de aprendizagem de uma

grande quantidade de atores sociais, individuais e coletivos. [...] A consciência da natureza construída pelo discurso público, da sua inevitável “parcialidade”, não pode nos obrigar a subestimar nenhum desses planos, nem o peso relativo que cada um deles exerce, esporadicamente, na formação, circulação e assimilação das informações. (Melucci, 2001, p.145-146)

Outro aspecto a ser considerado é o impacto dos processos de globalização, fortemente relacionado ao uso das novas tecnologias, nas concepções de mediação cultural e da informação. Michael Denning sugere que a “virada cultural” nas ciências sociais — o papel central que se passou a atribuir à cultura como elemento de explicação das dinâmicas sociais — é de corrente do momento histórico correspondente ao pós-guerra e da então divisão do globo em “três mundos” (o bloco capitalista de países desenvolvidos, os países comunistas da Cortina de Ferro e o genérico “Terceiro Mundo”). Entretanto, esse momento foi ultrapassado: “por trás das influentes discussões da globalização como processo reside o reconhecimento de uma transição histórica, da globalização como o nome do fim, não da história, mas do momento histórico da era dos três mundos.” (Denning, 2005, p. 19). Assim, o que foi em larga medida uma referência para a “Nova Esquerda” de inspiração gramsciana — o diálogo com uma concepção de cultura “nacional-popular” e as decorrentes formas de luta contra o imperialismo cultural — deve ser repensado, hoje, no contexto de fluxos transnacionais de cultura.

Para Néstor García Canclini, a decadência das utopias de integração latino-americana e dos processos econômicos neoliberais de abertura comercial traz a necessidade das políticas culturais e de desenvolvimento serem repensadas. A própria “viabilidade” da América Latina estaria em crise, isso porque “grande parte dessa viabilidade se manifesta globalmente de três modos: como produtores culturais, como migrantes e como devedores” (Canclini, 2003, p. 21) Canclini não esquece a realidade concreta das desigualdades econômicas que se manifestam em nível global, regional e local (sendo talvez a motivação principal dos processos migratórios ora em curso, que afetam 10 % da população dos países latino-americanos que hoje vive no exterior), mas lembra que

Se é possível reverter a decadência econômica e social das nações latino-americanas, será necessário começar por transcender as formas predominantes de globalizar-nos como migrantes e devedores, e impulsionar um novo lugar no mundo como produtores culturais. Não se trata de acreditar que vamos nos salvar pela cultura. Mas, talvez, nos ocupando de questões culturais, consigamos demonstrar que nem tudo depende das dívidas. (Canclini, 2003, p. 37)

O que Canclini advoga é a formulação de políticas socioculturais que promovam tanto a expressão multicultural de nossas sociedades, como também proporcionem o avanço científico e tecnológico — ambos centrados no crescimento da participação democrática de seus ci-

dadãos. As dinâmicas culturais internas de cada país estão, agora, estreitamente vinculadas às dinâmicas externas com as quais interage (e muitas vezes depende). Além disso, é necessário se (re) pensarem as inter-relações estabelecidas hoje entre a cultura e as demais dimensões da vida social: economia, política, educação etc. O desafio, portanto, é imenso, e os processos de mediação, partindo-se desse quadro complexo, tendem a ter suas definições e seu escopo de incidência consideravelmente ampliados. No contexto de uma discussão sobre a construção de bancos de dados voltados para a cultura, Teixeira Coelho fornece-nos um exemplo do que pode (e deve) ser essa atividade de mediação da informação numa perspectiva social e política:

Se a finalidade última de um banco de dados é o empoderamento da sociedade civil, o sistema que gera esses dados deve ocupar-se também com a distribuição deles e a orientação para o seu uso. Há dois modos de consegui-lo: o inerte (como sempre em cultura) e o pró-ativo. No primeiro, disponibilizam-se os dados secos – na internet, por exemplo: quem quiser, lá os encontrará. Provavelmente isso não basta. De acordo com o outro modo, disponibilizam-se amplamente os dados e *fornecem-se suas chaves de leitura. Quem os produz deve também ser capaz de apresentar-se como os primeiros a fazê-los entendidos.* (Coelho, 2003, p. 230, grifos nossos)

Nessa linha e por meio da consideração teórico-empírica dos atores e do papel dos mediadores informacionais, comunicacionais e culturais, ressalta-se o caráter eminentemente social da questão informacional, ou seja, o de que nenhuma questão informacional poderia ser formulada fora de uma ambientação da sociedade e da cultura, o que permite a construção das perguntas de informação do ponto de vista da sua produção e apropriação coletiva.

7. Considerações finais

Na realidade, haveria ainda um terceiro ponto, que mereceria uma discussão maior, mas que, no escopo desse trabalho, receberá apenas uma breve menção, relacionado à *formação* de profissionais-mediadores aptos a enfrentar os desafios mencionados nos dois pontos anteriormente analisados. Se hoje soa utópico ou ingênuo pensar num perfil de profissional da informação como “intelectual orgânico” em função da série de mudanças pelas quais passou o mundo contemporâneo e o Brasil em particular, tampouco vale apontar para um perfil “técnico” que, na sua aparente neutralidade, escamoteia questões sociais, ideológicas e políticas relevantes.

Podemos, nesse caso, relembrar Castells, quando ele aponta que o elemento de divisão social mais importante hoje, ainda mais importante que a conectividade técnica, é a capacidade educativa e cultural de utilizar a informação. Trata-se de saber onde está a informação, como buscá-la, transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer. Hoje, indivíduos, grupos e instituições refletem sobre a importância estratégica da comunicação e da informação para a efetivação das ações sociais; refletem também, acerca do processo

inverso, o de valorização do chamado “conhecimento local”, o espaço de produção de conhecimentos das comunidades, um conjunto de saberes e tradições (culturais e “técnicas”) muitas vezes contraposto ao conhecimento oficial, científico.

A organização e a disseminação de estoques de informação têm que levar em conta a dinâmica sociocultural, tanto no plano local como no global. A criação de sistemas de informação, de redes de comunicação, não pode ser apenas uma repetição da ideologia dominante ou mera fascinação tecnológica: é condição estratégica para a efetiva construção e circulação do conhecimento. A necessidade de pessoas habilitadas para essa tarefa é fundamental para garantir a ampliação da comunicação e o equilíbrio da distribuição de saberes, criando, assim, sujeitos socialmente “mais competentes” (no sentido de um processo de *empowerment*, de “empoderamento”, de transmissão de poder aos sujeitos). Assim se vislumbra um desafio crucial da Sociedade da Informação: o de gerar nos indivíduos e grupos as competências simbólicas e comunicacionais para a compreensão dessa nova realidade. E é aqui que o *mediador* joga um papel estratégico e fundamental: o de intermediação cultural entre essa realidade e os sujeitos. A função mediadora dos pesquisadores e dos profissionais da informação se faz cada vez mais necessária, buscando conectar os indivíduos, as bases de conhecimento local, às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade. A inserção dos profissionais de informação nos processos culturais, atentando para sua posição no processo de produção de uma determinada hegemonia parece-nos, nesse sentido, um dos focos a ser privilegiados numa formação que se quer crítica. As reflexões aqui desenvolvidas acerca do conceito de mediação e do papel dos mediadores são apontamentos – parciais e incompletos, sem dúvida – nesse sentido.

Referências bibliográficas:

- BORDEAUX, M.C. *La médiation culturelle dans les arts de la scène*. Thèse de Doctorat, Université d'Avignon, 2003.
- BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science (JASIS)*, v. 5, n. 5, p. 351-360, 1991.
- CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- _____. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- _____. La modernidade después de la posmodernidad. In: BELLUZZO, Ana M. M.: *Modernity: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo, Edusp/Memorial da Am. Latina, 1990.
- _____. Reconstruir políticas de inclusão na América Latina. In: UNESCO Brasil (org.) *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. pp. 20-37.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre estudos culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- _____. Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida. In: UNESCO Brasil (org.) *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. pp. 217-232.
- COUZINET, Viviane. *Médiations hybrides: le documentaliste et le chercheur en Sciences de l'Information*. Paris: ADBS, 2000.
- DAVALON, Jean. *Un genre en mutation*. In: *Histories d'expo*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1983, p. 9-12.
- DAVALON, Jean. La médiation: la communication en procès? *MEI: Médias et Information* n° 19 (Médiations & Médiateurs). UFR Communication de l'Université Paris 8, 2003, p. 37-59.
- DEBRAY, Régis. *Curso de midiologia geral*. Petrópolis, RJ : Ed. Vozes, 1993.
- DEBRAY, Régis. *Transmettre*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1997.
- DENNING, Michael. *A cultura na era dos três mundos*. São Paulo: Francis, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo, Ed. Loyola, 1996.
- FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares – uma introdução. In: *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 1983, p. 25-41.
- GELLEREAU, Michèle. *Pratiques culturelles et médiation*. In: OLIVESI, Stéphane (dir.). *Sciences de l'information et de la communication : objets, savoirs, discipline*. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 2006, p. 43-62.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.
- HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico; Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: SOVIK, Liv (org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. pp. 199-218 e 247-264.
- HALL, Stuart *et alli*. Política e Ideologia: Gramsci. In: CENTRE for Contemporary Cultural Studies da Universidade de Birmingham (org.) *Da Ideologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. pp. 60-100.
- HENNION, Antoine. *La passion musicale, une sociologie de la médiation*. Paris : A.M. Métaillé, 1993.

- JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 3^a ed. pp. 07-131
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo (coord.): *Comunicação, hegemonia e contra-comunicação*. São Paulo: Cortez/Intercom, 1982.
- MARTELETO, Regina Maria. Por uma outra epistemologia social: conhecimento e informação em redes sociais. In: González de Gómez, Maria Nélida; DILL ORRICO, Evelyn Go yannes (orgs.) *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal, RN: Ed. da UFRN, 2006, p. 171-190.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- _____. *Indústrias Culturais: Modernidade e Identidade*. In: KUNSCH, Margarida M. K. (org.): *Indústrias culturais e os desafios da integração latino-americana*. São Paulo: Intercom, 1993. pp. 21-36.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (eds). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- SHULMAN, Norma. O *Centre for Contemporary Cultural Studies* da Universidade de Birmingham: uma história intelectual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.) *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 3^a ed. pp. 167-224.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- _____. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- WOLTON, Dominique. *Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias*. Porto Alegre: Sulina, 2003.